

**HABEAS CORPUS Nº 501.070 - MS (2019/0087901-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**IMPETRANTE** : RICARDO SOUZA PEREIRA E OUTRO  
**ADVOGADOS** : RICARDO SOUZA PEREIRA - MS009462  
BRUNO HENRIQUE DA SILVA VILHALBA - MS023570  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO  
SUL  
**PACIENTE** : HELDER NAULLE PAES DOS SANTOS BOTELHO (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de **HELDER NAULLE PAES DOS SANTOS BOTELHO**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul.

Colhe-se dos autos que o paciente, denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 288 e 333, parágrafo único, c/c o arts. 29 e 71, todos do Código Penal, teve a prisão preventiva decretada por Desembargador da Seção Especial Criminal do Tribunal de origem.

Em face da mencionada decisão, foi interposto agravo interno, autuado sob o n. 2000728-70.2018.8.12.0000/50000, o qual não foi recebido pelo relator e autuado como pedido de liberdade provisória (autos n. 1601886-31.2018.8.12.0000), que foi indeferido monocraticamente.

Processado o HC 485.130/MS, foi concedida a ordem de ofício para determinar a apreciação do mérito do supracitado agravo interno.

Neste *writ*, a defesa assevera que peticionou pela liberdade do paciente, que foi indeferido, o que ensejou a interposição de novo agravo interno (1400199-66.2019.8.12.0000/50000), levado à julgamento perante o órgão colegiado e que, por maioria, negou-lhe provimento.

Assim, pretende nesta impetração a revogação da preventiva, cujo decreto não apresenta os requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

**É o relatório.**

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial impugnado.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da concessão da tutela de urgência pretendida.

Ademais, o pedido confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual será analisado em momento oportuno.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade coatora, bem como a senha de acesso para a consulta do processo n. 2000728-70.2018.8.12.0000, a serem prestadas por malote digital, com envio de cópias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer. Cumpridas as diligências acima referenciadas, tornem-me conclusos.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator

